

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Concurso Público

Cargo 24: Consultor Técnico Legislativo

Categoria:

Inspetor de Polícia Legislativa

Aplicação: 17/12/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **20/12/2005**, a partir das 17 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005 — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **21 a 23/12/2005** — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **17/1/2006** — Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV **18 a 20/1/2006** — Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **8/2/2006** — Resultado final da prova discursiva e convocação para a avaliação psicológica: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnB
CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

• As siglas seguintes, sempre que usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDFT = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O grande desafio do estado de direito reside na
coexistência pacífica entre a liberdade individual e o poder
público, a fim de que seja assegurada a ordem social sem
4 prejuízo dessa liberdade. Nenhum direito é, portanto,
absoluto em uma sociedade democrática, seja ele individual
ou público. É bem verdade, também, que não se pode
7 confundir o poder discricionário legalmente instituído com
o arbítrio irresponsável. O primeiro não violenta o princípio
da legalidade, sendo mesmo inerente a um sistema
10 constitucional, como o nosso, que prevê a supremacia do
interesse coletivo sobre o particular. O segundo é passível de
punição, nos termos da lei que regula a responsabilidade
13 civil, penal e administrativa do agente público nos casos de
abuso de autoridade.

O poder de polícia é uma faculdade discricionária
16 do Estado, conferida por lei para proteção da ordem e do
bem-estar sociais. Pressupõe o seu exercício uma
autorização legal específica, que atribui a determinado
19 órgão ou agente público a faculdade de agir. A ausência de
uma prévia autorização legal clara e inquestionável vicia, de
modo indelével, o ato delegatório que transfere a um
22 determinado órgão público a competência de aplicar sanções.
Essa prerrogativa é da própria essência do poder de polícia,
só podendo, por isso, ser delegada caso a lei aplicável assim
25 o autorize de forma expressa.

Alfredo Ruy Barbosa. *Agências reguladoras: descentralização e delegação de poderes*.
Internet: <<http://www.veirano.com.br>>. Acesso em 6/11/2005 (com adaptações).

Com referência aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto
acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Depreende-se do texto que todo órgão público que aplicar
sanções com base em delegação desprovida de autorização
legal expressa incorrerá em prática de arbítrio.
- 2 No texto, estabelece-se equivalência semântica entre as
expressões “poder discricionário” e “abuso de autoridade”.
- 3 O autor do texto desenvolve uma tese em favor do princípio
da legalidade com o propósito de denunciar atos de arbítrios
cometidos por agentes públicos no exercício do poder de
polícia.
- 4 Conclui-se do texto que o Estado brasileiro tem procurado
punir exemplarmente os atos de abuso de autoridade de seus
agentes públicos.
- 5 O texto caracteriza-se, predominantemente, como narrativo-
descritivo, ainda que se identifique, em alguns trechos, uma
tese defendida pelo autor.
- 6 A vírgula logo após “é” (ℓ.4) poderia ser suprimida sem
prejuízo para a correção gramatical do período.
- 7 De acordo com o texto, o direito constitucional brasileiro
protege os interesses coletivos.

Ainda a respeito dos sentidos e das estruturas lingüísticas do texto
ao lado, de Alfredo Ruy Barbosa, julgue os itens que se seguem.

- 8 O adjetivo “indelével” (ℓ.21) está empregado, no texto, com
o sentido de **ileso**.
- 9 O sintagma “Essa prerrogativa” (ℓ.23) retoma, por coesão, o
termo sintático “A ausência” (ℓ.19).
- 10 A oração iniciada pelo pronome “que” (ℓ.12) tem função
adjetiva restritiva.
- 11 O sujeito da oração iniciada pela forma verbal
“Pressupõe” (ℓ.17) está elíptico, podendo ser recuperado,
semanticamente, no período anterior.

1 O desenvolvimento de graus mais altos de
governabilidade em um contexto de legitimidade política
depende tanto da construção de uma ordem democrática
4 estável quanto da constituição de uma série de instituições
estáveis e idôneas que intermediem, por um lado, a opinião
pública amorfa e manipulável e os interesses privados e
7 setoriais capazes de mobilizá-la e, por outro, o Estado. Estas
instituições são necessárias não somente do lado da
sociedade civil, como os partidos políticos, os meios de
10 comunicação de massa, as associações profissionais e
sindicais, os grupos de interesses organizados etc., como
também do lado do Estado, através da constituição de um
13 funcionalismo público motivado e cioso de suas
responsabilidades, de um Poder Judiciário zeloso de sua
competência e independência, e assim por diante.

Simon Schwartzman. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Prefácio da 3.ª ed.
revisada e ampliada. São Paulo: Campus, 1988 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas lingüísticas do texto
acima, julgue os itens subsequentes.

- 12 De acordo com o texto, a governabilidade sujeita-se aos
interesses privados e setoriais.
- 13 Depreende-se do texto que a opinião pública é manipulada
tanto pelo Estado quanto por interesses particulares.
- 14 O autor do texto registra a importância de o Poder Judiciário
ser independente.
- 15 Os vocábulos “mobilizá-la” e “através” são acentuados em
atendimento à mesma regra de acentuação gráfica.
- 16 Na linha 5, o verbo **intermediar** está empregado na forma
subjuntiva; de acordo com a prescrição gramatical, a forma
correta da conjugação desse verbo, na terceira pessoa do
plural do presente do indicativo, é **intermediam**.
- 17 As palavras “cioso” (ℓ.13) e “zeloso” (ℓ.14) têm, no período,
equivalência sintático-semântica.
- 18 Para o autor do texto, quanto mais se adquire legitimidade
política, maior é o grau de governabilidade conquistado.

1 Mais vale ser amado que temido, ou temido que amado?

4 O melhor consistiria em ser amado e temido, mas
isso é difícil. Então, é mais seguro ser temido. Por quê? Há
várias razões para isso. Em primeiro lugar, os homens são
geralmente “íngrats, inconstantes, dissimulados, trêmulos
em face dos perigos e ávidos de lucro; enquanto lhes fazeis
bem, são dedicados; oferecem-vos o sangue, os bens, a vida,
os filhos, enquanto o perigo se apresenta remotamente, mas
quando este se aproxima, bem depressa se esquivam”. Ai do
príncipe que confiasse exclusivamente em todas as amizades
pagas em prodigalidades, “em breve estaria perdido”. Além
disso, os homens receiam muito menos ofender aquele que
se faz amar do que aquele que se faz temer. O vínculo do
amor, rompem-no ao sabor do próprio interesse, ao passo
que o temor sustenta-se por um medo do castigo, que jamais
os abandona. Enfim, não depende do príncipe ser amado, os
homens “amam a seu bel-prazer”; mas dele depende ser
temido, os homens “temem conforme quer o príncipe”. Ora,
um príncipe prudente deve basear-se não no que depende de
outrem, mas no que depende de si mesmo.

22 Ser temido, aliás, em nada significa ser odiado; o
ódio dos súditos — como seu desprezo — é grave; nele não
se deve incorrer. Porque todas as fortalezas que o príncipe
odiado possuir contra os súditos não o salvarão de suas
conjurações.

Jean-Jacques Chevalier. *O príncipe*. In: *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. Tradução de Lydia Cristina. 7.ª ed., Rio de Janeiro: Agir, 1995, p. 37-8 (com adaptações).

Referentemente às idéias e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 19 A forma verbal “fazeis” (ℓ.7) e o pronome pessoal “vos” (ℓ.8) são, correta e adequadamente, empregados, na redação oficial, em concordância com a forma de tratamento **Vossa Excelência**, em situações de alta formalidade em que se deseje demonstrar respeito a uma autoridade.
- 20 A expressão “ao passo que” (ℓ.15-16) pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do período, pela conjunção **enquanto**.
- 21 Estariam garantidos a correção gramatical e o sentido original do texto caso o trecho “Enfim, não depende do príncipe ser amado” (ℓ.17) fosse assim reescrito: Enfim isso não depende de o príncipe ser amado.
- 22 Entende-se da leitura do texto que mais vale um príncipe ser temido que amado, porém ele deve cuidar para que o temor de seus súditos não se transforme em ódio.
- 23 Em “não no que depende de outrem, mas no que depende de si mesmo” (ℓ.20-21), o sujeito, nas duas orações, reporta-se a “um príncipe prudente”, sujeito explícito da oração anterior.
- 24 De acordo com o texto, as ações de um dirigente determinam o temor de seus subordinados a ele.
- 25 Em “ávidos de lucro” (ℓ.7), a preposição “de” poderia ser substituída pela preposição **por**, sem prejuízo das regras de regência nominal.
- 26 As aspas são empregadas no texto para marcar o uso de discurso direto.

Os próximos itens apresentam fragmentos adaptados de textos diversos. Julgue-os quanto à correção gramatical, de acordo com as normas da linguagem padrão.

- 27 O aparelho disciplinar perfeito poderia capacitar um único olhar para tudo ver permanentemente. Um ponto central seria, ao mesmo tempo, fonte de luz que iluminasse todas as coisas e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem.
- 28 Não se pode identificar a disciplina com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder (ou uma modalidade para exercê-lo) que comporta todo um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia.
- 29 A liberdade de ação de um órgão público está rigorosamente adstrita a sua competência legal, elemento que fornece a condição primeira de legalidade do ato administrativo. O poder para agir conferido à administração pública é uma prerrogativa sempre vinculada e objetivamente fixada pelo legislador.
- 30 Para garantir uma ordem social equilibrada, onde as políticas públicas sejam sustentadas por bem definidos programas de desenvolvimento econômico e social, é necessário que hajam a prevalência dos direitos humanos, o primado do trabalho e a solidariedade social.

Com relação ao processo legislativo, julgue os itens que se seguem.

- 31 No Senado Federal, cada legislatura tem a duração de oito anos.
- 32 Seria inconstitucional lei distrital que fixasse em 70 km/h a velocidade máxima permitida nas vias urbanas do DF.
- 33 Seria inconstitucional disposição da LODF que definisse que os deputados distritais seriam eleitos pelo sistema majoritário.
- 34 Incorreria em inconstitucionalidade lei distrital que reservasse para mulheres metade das vagas abertas nos concursos públicos para oficial do Corpo de Bombeiros Militar do DF.
- 35 A Constituição da República determina que, no âmbito da legislação sobre proteção à infância, a competência da União limita-se ao estabelecimento de normas gerais.

Acerca do DF e de seus bens, julgue os itens seguintes.

- 36 Diferentemente da criação de municípios nos estados, a criação de regiões administrativas no DF independe de prévia aprovação, mediante plebiscito, da população diretamente envolvida.
- 37 O Poder Legislativo do DF é exercido conjuntamente pela CLDF e pelo governador do DF.
- 38 O DF é hierarquicamente subordinado à União.
- 39 Cabem ao DF somente as competências que lhe são expressamente atribuídas pela Constituição da República, dado que a competência residual é constitucionalmente atribuída à União.

A respeito da CLDF e de suas comissões, julgue os itens a seguir.

- 40** É vedado que o corregedor da CLDF seja também presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.
- 41** A CLDF é representada judicialmente pela Procuradoria do DF.
- 42** Na eleição da Mesa Diretora, cada deputado vota em uma chapa composta por candidatos aos cargos de presidente, vice-presidente, primeiro, segundo e terceiro secretários e respectivos suplentes dos secretários.
- 43** É vedado o funcionamento concomitante de duas comissões parlamentares de inquérito.
- 44** É vedado que um partido político integre simultaneamente dois blocos parlamentares.

Julgue os itens a seguir, no que se refere aos deputados distritais.

- 45** O deputado distrital pode ser processado criminalmente sem prévia licença da CLDF, mas o processo pode ser sobrestado pelo voto da maioria dos deputados distritais.
- 46** Os deputados distritais são julgados pelo TJDF, em caso de crime comum, e pelo STJ, em caso de crime de responsabilidade.
- 47** A declaração de bens de cada um dos deputados distritais deve ser publicada anualmente no Diário Oficial do DF.
- 48** É vedada a prisão em flagrante de deputado distrital, salvo pela prática de crime inafiançável.

Um deputado distrital apresentou projeto de lei determinando, como primeiro critério de desempate nos concursos realizados para o provimento de cargos na administração indireta do DF, o fato de o candidato ter nascido no DF. Esse projeto foi rejeitado, em agosto deste ano, pela Comissão de Constituição e Justiça, sob o argumento de que incorria em inconstitucionalidade.

Com relação à situação hipotética acima apresentada, julgue os próximos itens.

- 49** O referido projeto é incompatível com a Constituição da República.
- 50** Dentro da presente legislatura, é vedado à CLDF apreciar projeto de lei com conteúdo idêntico ao do referido projeto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da teoria geral da Constituição, julgue os itens seguintes.

- 51** O poder do DF de editar a sua própria lei orgânica é definido como originário e encontra os seus limites na própria Constituição Federal.
- 52** A Constituição Federal prevê limites circunstanciais para a sua emenda, entre eles o estado de sítio, que abrange situações de comoção grave de repercussão nacional, que justificam, inclusive, a restrição, por determinado período, de algumas garantias constitucionais, tais como a de liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão.

Um deputado distrital propôs projeto de lei ordinária para autorizar a entrada e a permanência de cães-guia, utilizados por deficientes visuais, em ônibus e em outros espaços públicos e privados do DF. Segundo o projeto, para o exercício desse direito, o deficiente deve apresentar o atestado de sanidade do animal, o comprovante de registro do cadastramento e adestramento do cão-guia, emitido por associação responsável, e o comprovante pessoal de treinamento do usuário.

A partir da situação hipotética acima e tendo como base o sistema federativo brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 53** É competência comum entre União, estados, DF e municípios a proteção e garantia das pessoas portadoras de necessidades especiais.
- 54** É cabível contra o projeto de lei em tela a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, na qual pode figurar no pólo ativo o governador do DF ou a Mesa da CLDF, já que haverá, na hipótese, a pertinência temática.
- 55** O projeto de lei é inconstitucional, já que compete à União legislar concorrentemente sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de necessidades especiais, não podendo o DF legislar sobre tal matéria, enquanto não sobrevier a lei federal.
- 56** O projeto em tela poderia ser considerado materialmente inconstitucional, já que obriga a filiação a uma associação.

Lucas elegeu-se deputado federal, no pleito de 2002, pelo DF. Após a expedição do diploma, mas antes da posse, foi preso em flagrante pela polícia legislativa da Câmara dos Deputados, porque portava 500 gramas de substância entorpecente, classificada como cocaína.

Com referência à situação hipotética acima apresentada e considerando o regramento constitucional acerca do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

- 57** Na hipótese considerada, é cabível a prisão em flagrante, entretanto, Lucas estará sujeito à jurisdição do STF.
- 58** Lucas poderá ser processado durante o exercício do mandato e, se condenado, o perderá, por força da própria decisão judicial, transitada em julgado.
- 59** A condenação de Lucas por tráfico de drogas ensejará a suspensão dos seus direitos políticos enquanto durarem os efeitos da decisão condenatória.

No que diz respeito à organização e ao funcionamento do Poder Legislativo, julgue o item abaixo.

- 60** É de competência da Mesa da Câmara dos Deputados a iniciativa de projeto de lei que disponha sobre a criação e remuneração dos cargos de polícia legislativa, podendo o presidente da República vetá-lo, no todo ou em parte, se entender que o referido projeto de lei é inconstitucional ou contrário ao interesse público.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz dos direitos políticos e de nacionalidade.

- 61** Antônio, brasileiro nato, é jogador de um clube de futebol profissional em determinado país, que estabelece, por lei, limite de jogadores estrangeiros que podem trabalhar para cada clube, como forma de proteção do emprego local. Para continuar a jogar pelo referido clube, na cota dos nacionais, Antônio optou por adquirir a nacionalidade daquele país. Nessa situação, a aquisição da nacionalidade estrangeira importará a perda da nacionalidade brasileira, mas não impedirá que Antônio venha a jogar pela seleção brasileira.
- 62** João elegeu-se vice-governador nas eleições de 1998 e 2002, quando, então, substituiu o governador por diversas vezes. Em abril de 2006, João sucederá o titular, que irá candidatar-se a outro cargo político. Nessa situação, considerando-se a legislação atualmente em vigor, João poderá candidatar-se à reeleição para o cargo de governador.

A respeito do Poder Judiciário e dos direitos e garantias individuais e sociais, julgue os itens subsequentes.

- 63** Considere que um cidadão tenha ingressado com ação popular, impugnando contrato que teria sido celebrado com violação à lei. Nessa hipótese, a sentença que anular o contrato em tela estará sujeita ao segundo grau de jurisdição obrigatório.
- 64** O STF entende que a norma constitucional que prevê o direito de greve para os servidores públicos constitui norma de eficácia limitada, de forma que, enquanto não for editada a lei específica pertinente a essa matéria, esse direito não poderá ser exercido de forma ampla.
- 65** De acordo com a atual Constituição Federal, a competência para julgar *habeas corpus* contra decisão de juiz do trabalho que manda prender por desobediência é do tribunal regional federal, já que os juízes do trabalho integram a justiça federal.
- 66** O mandado de segurança coletivo, nos termos do entendimento do STF, quando impetrado por entidade de classe, terá cabimento mesmo na hipótese de a pretensão veiculada interessar a apenas uma parte da respectiva categoria, não sendo necessária, também, a autorização de seus membros.

Acerca de sufrágio, voto e democracia, julgue os itens que se seguem com base na Constituição Federal de 1988.

- 67** Embora a Constituição Federal determine que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, a doutrina mais abalizada não faz distinção entre sufrágio e voto.
- 68** A democracia direta, nos termos da Constituição Federal de 1988, pode manifestar-se por meio de plebiscito, de referendo e da iniciativa popular.

Tendo como base o regime jurídico da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 69** Considere a hipótese de o DF e a União terem celebrado um consórcio, na forma da Lei n.º 11.107/2005, com personalidade jurídica de direito privado. Nesse caso, esse consórcio passará a integrar a administração pública indireta de ambos os entes associados.
- 70** Os mesmos métodos interpretativos aplicados ao direito comum são igualmente aplicáveis ao processo administrativo, incluindo-se a possibilidade de edição de atos administrativos interpretativos, com eficácia retroativa.
- 71** O princípio da segurança jurídica encontra-se expresso quanto ao processo administrativo.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 72** Considere a seguinte situação hipotética.
Miguel, motorista da CLDF, conduzindo veículo oficial, envolveu-se em acidente de trânsito, sendo apurado que o responsável pelo fato foi Alfredo, que conduzia outro veículo, de propriedade particular.
Nessa situação, é possível, com base nos atributos do ato administrativo, apurar-se administrativamente o valor devido pelo dano causado por Alfredo e cobrá-lo, por meio de execução fiscal, após a inscrição em dívida ativa.
- 73** A convalidação dos atos administrativos, nos casos de vícios sanáveis e que não acarretem prejuízos ao interesse público e a terceiros, embora seja possível, não pode gerar efeitos retroativos, de forma a alcançar o ato até então ilegal, confirmando-lhe os seus naturais efeitos.
- 74** Considere que uma servidora tenha sido demitida do seu cargo em comissão em face da sua convicção religiosa. Nessa situação, não se aplica a teoria dos motivos determinantes, já que o motivo existe, embora não seja aceitável.

Um ilustre conferencista e doutrinador em direito administrativo foi contratado, regularmente, para proferir palestra sobre licitações e contratos para alguns servidores públicos da CLDF.

Considerando a situação hipotética apresentada e a legislação acerca de licitações e contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 75** O contrato acima referido poderia ser incluído na hipótese de inexigibilidade de licitação, por estar presente o requisito da notória especialidade.
- 76** Não haveria irregularidade na contratação do conferencista, mesmo se ele estivesse em débito com a fazenda nacional e o INSS, já que a Constituição assegura a liberdade de execução de qualquer trabalho, podendo a lei apenas estabelecer exigências quanto às qualificações profissionais do contratado.
- 77** A minuta do contrato em tela, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, deve passar pelo órgão de consultoria jurídica.

Com relação aos poderes da administração, julgue os itens seguintes.

- 78** O poder regulamentar não se confunde com o poder regulador. Naquele, o chefe do Poder Executivo não pode inovar no mundo jurídico, disciplinando matérias que não foram autorizadas ou permitidas pela lei; neste, o órgão ou entidade competente pode, dentro de certos limites, até mesmo criar certas regras não contempladas na lei, no edital ou no contrato.
- 79** O poder de polícia não encontra definição legal, mas, tão-somente, doutrinária.
- 80** Com base no poder hierárquico, ministro de Estado pode rever decisão proferida por presidente de autarquia.

A moderna compreensão filosófica do direito, marcada pela normatividade e constitucionalização dos princípios gerais do direito e pela hegemonia normativa e axiológica dos princípios, com a conseqüente substituição, no direito administrativo, do princípio da legalidade pelo princípio da juridicidade, demanda, por um lado, uma redefinição da discricionariedade, e, por outro lado, conduz a uma redelimitação dos confins do controle jurisdicional da administração pública.

Germana de Oliveira Morais. *Controle jurisdicional da administração pública*. 2.^a ed. São Paulo: Dialética, p. 197-8 (com adaptações).

Considerando o controle jurisdicional da administração pública e tendo como referência o texto acima, julgue os itens seguintes.

- 81** Em face dos atos vinculados, o administrador público pode deixar de aplicar a regra jurídica do caso concreto, por entendê-la inconstitucional, resolvendo o problema com base em princípios.
- 82** Referida no texto, a “redelimitação dos confins do controle jurisdicional da administração pública” significa que o Poder Judiciário pode analisar os elementos do ato à luz dos princípios que regem a atuação da administração.

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, julgue os itens seguintes.

- 83** As funções de confiança, ao contrário do que ocorre com os cargos em comissão, só podem ser ocupadas por servidores públicos detentores de cargo efetivo.
- 84** O servidor público do DF que ingressou no serviço público em 15 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais quando contar com 35 anos de contribuição, 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria; devendo, ainda, contar com a idade mínima, calculada na forma estabelecida na Emenda Constitucional n.º 47/2005.
- 85** A penalidade de perda do cargo ou função pública em face de improbidade administrativa, prevista na Lei n.º 8.112/1990, não pode ser determinada pela administração pública, sendo imprescindível condenação judicial.

Julgue os itens a seguir, referentes ao direito penal e ao direito processual penal.

- 86** No crime de homicídio, é possível a presença simultânea de circunstâncias qualificadoras de natureza objetiva e de circunstância atinente ao privilégio de diminuição de pena.
- 87** Nos casos de previsão de crime subsidiário, o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui a culpa, mas permite a punição por crime doloso.
- 88** Nos crimes de ação penal de iniciativa privada, o inquérito policial não pode ser instaurado sem que se colha previamente a manifestação de vontade do ofendido.
- 89** A imunidade parlamentar estende-se ao co-réu, ainda que ele não goze de tal prerrogativa, por se tratar de circunstância pessoal não-exclusiva.
- 90** O agente de segurança contratado por empresa terceirizada e que presta serviços na CLDF equipara-se a funcionário público para fins penais.
- 91** Os crimes omissivos impróprios não admitem tentativa.
- 92** O delegatário de poder público pode ser agente do crime de desobediência.
- 93** A participação de funcionário público em negócio que envolva dano de bens com valores superiores aos reais em pagamento de crédito público configura o crime de peculato na modalidade peculato-desvio.
- 94** O empregado de agência franqueada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pode ser sujeito ativo do crime de peculato porque se equipara a funcionário público, segundo o Código Penal.
- 95** O agente que fabrica aparelho para falsificação de moedas metálicas de curso legal em país estrangeiro só pratica crime se o instrumento por ele fabricado for, de fato, utilizado para a falsificação de moeda.
- 96** Aquele que fabrica objeto destinado à falsificação de documento público e, em seguida, falsifica documento público valendo-se do objeto por ele criado responde por dois crimes em concurso formal.
- 97** A reparação do dano antes da prolação da sentença, no caso do peculato culposos, é causa de diminuição da pena.
- 98** A incidência da imunidade material, em relação a ofensas contra a honra alheia proferidas por deputado federal dentro da casa legislativa, independe de questionamento acerca de conexão entre o fato e o exercício do mandato ou condição parlamentar.
- 99** Aquele que insere informações falsas em sistema informatizado da administração pública, a fim de obter vantagem indevida, só responde por crime se verificado o prejuízo.
- 100** A ausência de demonstração da finalidade de satisfazer interesse ou sentimento pessoal torna atípica a conduta do agente que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício.

Com referência ao direito penal e ao direito processual penal, julgue os itens que se seguem.

- 101** Se a complexidade do caso não permitir o imediato ajuizamento da denúncia, é possível a instauração de inquérito policial mesmo que se trate de apuração de crime de menor potencial ofensivo.
- 102** A vedação legal expressa de liberdade provisória exige o juiz de fundamentar a decisão que mantém a custódia do acusado preso em flagrante.
- 103** É requisito formal do mandado de citação a indicação da finalidade do ato com todas as especificações; porém a menção equivocada, no mandado, à capitulação do crime objeto do processo consubstancia irregularidade que pode ser suprida com a entrega ao acusado de cópia da denúncia no momento da citação.
- 104** As intimações das testemunhas para depor em audiência no juízo criminal são realizadas, em regra, por via postal.
- 105** A autoridade policial deve assegurar, no inquérito, o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade; no entanto, segundo o STF, não é possível opor o sigilo ao advogado do investigado que quiser ter acesso aos autos.
- 106** A polícia, provocada por delação anônima, pode adotar medidas informais destinadas a apurar, previamente, em averiguação sumária, com prudência e discricção, a possível ocorrência de eventual situação de ilicitude penal, desde que o faça com o objetivo de conferir a verossimilhança dos fatos nela denunciados, em ordem a promover, então, em caso positivo, a formal instauração da persecução penal, mantendo-se, assim, completa desvinculação desse procedimento estatal em relação à notícia apócrifa.
- 107** Segundo o entendimento jurisprudencial predominante, o reconhecimento pessoal do acusado realizado sem a presença de outras pessoas junto ao réu não anula o ato, pois as disposições contidas no Código de Processo Penal acerca do reconhecimento de pessoas são entendidas como recomendações e não exigências legais.
- 108** A imposição de prisão especial ao acusado afasta a possibilidade de progressão de regime antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- 109** Não é possível o manejo de *habeas corpus* contra a decisão que nega pedido de restituição de coisa apreendida.
- 110** O advogado poderá recusar-se a depor sobre fato criminoso de que tomou conhecimento no exercício de suas funções, salvo se o seu testemunho for o único meio possível para a comprovação do crime.

Ainda a respeito do direito penal e do direito processual penal, julgue os itens que se seguem.

- 111** A apresentação espontânea do acusado afasta a possibilidade de prisão em flagrante, mas não impede a decretação de prisão preventiva.
- 112** Nos crimes de ação penal privada, encerrada a investigação, os autos do inquérito aguardarão, na repartição policial, a iniciativa do ofendido.
- 113** A requisição formulada pelo Ministério Público e dirigida à autoridade policial, para indiciamento de suspeito de prática criminosa, é irrecusável.
- 114** O prazo para a conclusão do inquérito policial que apura a prática de tráfico ilícito de substância entorpecente é de 15 dias, prorrogável por mais 15, a critério da autoridade judicial.
- 115** Admite-se a prisão preventiva do autor de crime culposos, desde que ele seja reincidente.
- 116** A sentença que absolve o acusado da prática de crime contra a economia popular é objeto de remessa de ofício ao tribunal.
- 117** A prisão administrativa, prevista no Código de Processo Penal, pode ser decretada contra remissos ou omissos em depositar nos cofres públicos os dinheiros a seu cargo, a fim de compeli-los a que o façam.
- 118** Segundo o entendimento predominante no STF, o arquivamento requerido pelo Ministério Público e deferido pelo juiz, com fundamento na atipicidade do fato, produz coisa julgada, o que impede a instauração de nova ação penal.
- 119** Nas hipóteses de evidente falta de justa causa, a autoridade policial pode, excepcionalmente, promover o arquivamento do inquérito, submetendo sua decisão ao juiz criminal.
- 120** Diante de pedido de arquivamento do inquérito formulado pelo Ministério Público, o juiz, caso entenda que outras diligências devam ser realizadas para apurar o crime, poderá requisitá-las diretamente à autoridade policial.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

No dia 15 de março de 2005, João, funcionário responsável pela seção de pagamentos do Departamento de Recursos Humanos da Assembléia Legislativa de um estado brasileiro, ofereceu a Pedro, também funcionário dessa casa legislativa, a possibilidade de desviar, mensalmente, o valor correspondente à contribuição que servidores da Câmara dos Deputados pagavam, a título de adesão voluntária, a um programa de fomento à atividade artística. Segundo a proposta, João, valendo-se de seu acesso privilegiado a bancos de dados informatizados, desviaria os valores destinados ao referido programa de fomento para uma conta bancária de investimento em nome de Pedro. Na negociação, João propôs a Pedro que com ele repartisse o valor correspondente a 20% de tudo que ganhasse com a operação.

Receoso, Pedro pediu alguns dias para pensar na proposta. No dia seguinte, procurou o Departamento de Polícia Legislativa da Casa e contou à autoridade responsável o que acontecera. A autoridade, então, pediu a Pedro que entrasse em contato com João e fingisse ter aceito a proposta. Assim procedeu Pedro, que, em contato com João, prontificou-se a estar presente quando este fosse alterar os dados da seção de pagamentos. No dia 20 do mesmo mês, consoante prévia combinação com Pedro, a autoridade responsável pela Polícia Legislativa, acompanhada de três agentes, aguardou, escondida, que João, na companhia de Pedro, chegasse à seção de pagamentos e iniciasse a operação de desvio dos valores no computador. Quando João disse a Pedro que estava tudo pronto, a autoridade responsável pela Polícia Legislativa apresentou-se e deu voz de prisão a João. Lavrado o auto de prisão em flagrante e impressas as guias que demonstravam ter João alterado o sistema de pagamento da Casa, foram todas as peças enviadas ao Ministério Público Federal.

Com referência à situação hipotética acima apresentada, elabore um texto dissertativo, abordando, justificadamente, os seguintes tópicos:

- ▶ prisão em flagrante: conceito, competência para realizá-la e modalidades;
- ▶ validade, ou não, da prisão em flagrante na hipótese apresentada e valor probatório do auto de prisão em flagrante.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

